



NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES - NCST
SAF - Sul Qd. 02, Bl. D, Térreo, Sl. 102 Ed. Via Esplanada
CEP.: 70070-600 Brasília - DF



Secretaria Nacional para Assuntos
da Mulher e da Juventude - NCST

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS
E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**NOVA CENTRAL SINDICAL
DE TRABALHADORES**

BOLETIM ESPECIAL

2ª Edição
Março 2013

SUBSEÇÃO



Mulher e Trabalho

**08 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

**Igualdade de oportunidade
entre homens e mulheres em
todos os espaços de poder**



PALAVRA DO PRESIDENTE



A Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, por meio da Secretaria Nacional para Assuntos da Mulher e Juventude, tem a satisfação de entregar mais um informativo sobre Mulher e Trabalho ao conjunto de seus filiados. Das informações disponibilizadas se espera que contribuam para o debate do desenvolvimento econômico e social com a garantia da inserção plena da mulher em todas as categorias de trabalho, mas com igualdade salarial para o mesmo trabalho e função, além, é claro, do amparo social como garantia de dignidade à família.

Seguimos em frente no desafio pelo aprofundamento de nossos conhecimentos, na observação atenta e focada no percurso trilhado pelas mulheres, buscando os elementos que nos apóiem e impulsionem rumo a um mundo mais justo, igualitário e fraterno, onde a dignidade humana seja plena entre homens e mulheres.

Por fim, esperamos que aproveitem as informações e tenham uma boa leitura!

Brasília, 08 de março de 2013.

José Calixto Ramos
Presidente da NCST

APRESENTAÇÃO

O papel social da mulher na sociedade vem se modificando ao longo das últimas décadas. O aumento de sua inserção no mercado de trabalho é parte desse processo, e pode ser considerada uma das maiores transformações sociais ocorridas nesse período, principalmente a partir da década de 1970. Motivadas pela necessidade de complementar a renda familiar ou pela busca da autonomia econômica, milhares de mulheres compõem hoje o mercado de trabalho brasileiro. No entanto, essa inserção continua se dando de forma diferenciada, reproduzindo velhas formas de discriminação, que ainda exigirão um longo tempo para serem superadas.

O presente boletim tem o objetivo de apresentar dados e algumas características acerca da situação atual das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Utiliza-se da base de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como base de dados da análise, que tem abrangência nacional. Esta é uma publicação da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, por meio da Secretaria Nacional para Assuntos da Mulher e Juventude, A elaboração do estudo teve o apoio da Subseção do DIEESE na CNTI.

ÍNDICE

I -	A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	Pág. 00
II -	INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO	Pág. 00
III -	ANEXO ESTATÍSTICO	Pág. 00

I – A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O aumento da presença feminina no mercado de trabalho, entendido como trabalho remunerado realizado fora do âmbito familiar, se intensificou no Brasil nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1970. Esse movimento pode ser considerado uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde a referida década. A ampliação dessa participação da mulher no mercado de trabalho se deve há vários fatores, entre eles à necessidade de contribuir para a renda familiar como o desejo de autonomia econômica

Durante os anos 70, a expansão, da economia, o aumento da urbanização e a industrialização em ritmo acelerado, configuraram um cenário de grande crescimento econômico, momento que foi favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive as mulheres. Nesse período, a sociedade brasileira passou por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutiram significativamente sobre o nível e a composição do mercado de trabalho. Houve aumento nas taxas de crescimento da economia e nos níveis de emprego. O país consolidou no mesmo período seu processo de industrialização, com a modernização do seu parque industrial e se tornou mais urbano.

Além das transformações acima descritas, de caráter econômico, o Brasil passou por profundas transformações de comportamento e nos

valores relativos ao papel social da mulher, que também foram impactados pelos movimentos feministas e pela presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos. A queda da fecundidade¹, principalmente nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, o aumento do nível de escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuíram significativamente neste processo de transformação. Vale ressaltar que a consolidação de tantas mudanças nos padrões de comportamento representa um dos fatores que explicariam a permanência das mulheres no mercado de trabalho nas décadas seguintes, que diferentemente do observado na década de 70, tiveram como marcas registradas crises econômicas, inflação e desemprego.

O movimento de inserção feminina na atividade econômica continuou depois de 1980, sob condições econômicas adversas, como a estagnação econômica e de reestruturação da economia com a liberação comercial e financeira da década de 90.

A entrada da mulher no mercado de trabalho no Brasil se iniciou no auge de um processo de desenvolvimento que modificou significativamente a economia e a sociedade brasileira. Nesse período a mulher conseguiu romper tradicionais barreiras de entrada na atividade econômica, avançando sua presença em setores onde os postos de

¹ Refere-se a relação de nascidos vivos e mulheres em idade reprodutiva

trabalho eram reservados à população masculina. Porém, na maioria dos casos, a mulher tende a reproduzir, no mercado de trabalho, as tarefas que realiza no próprio domicílio, cuidando da família e da casa.

Na década de 90, a inserção feminina continuou crescendo, apesar de este período ter sido marcado por significativas mudanças na economia do país, que afetaram muito o mercado de trabalho. Esta década foi marcada pela liberalização da economia, introdução de novas tecnologias, novos padrões administrativos e de gestão, com intensa reestruturação produtiva, além de baixo crescimento econômico, resultando em perdas de postos de trabalho, principalmente na indústria e no setor financeiro. Por outro lado, foi intenso o crescimento do emprego em educação e saúde, além da proliferação de trabalhos por conta própria e empregos sem carteira em pequenos negócios do comércio, dos serviços de apoio à atividade econômica e dos serviços pessoais, trabalhos que tradicionalmente são realizados por mulheres. Nesse mesmo período, ocorreu um forte crescimento do emprego feminino no trabalho doméstico remunerado.

As diversas crises econômicas dos anos 1990 provocaram uma inversão de tendência no mercado de trabalho brasileiro, especialmente no que se refere ao emprego formal, que diminuiu na década de 90 e, de forma inversa, cresceu durante os anos 2000. O melhor desempenho da economia após 2003, tanto no mundo como no Brasil, possibilitou que o crescimento do emprego formal se tornasse mais intenso no país

dando mais qualidade a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Porém, apesar do crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, a desigualdade está presente. Mesmo nesse processo, a mulher é considerada, por muitos, uma força de trabalho secundária, ocupando cargos mais precários mesmo com maior escolaridade e continua com dificuldades de ascensão profissional. O que demonstra que apesar dos avanços, o caminho ainda é longo em busca de uma paridade entre homens e mulheres. Políticas que proporcionem um maior equilíbrio entre trabalho, família e vida pessoal, são fundamentais nessa articulação, visando diminuir a sobrecarga que as mulheres sofrem por assumirem quase que exclusivamente as responsabilidades familiares (cuidado), quando esta deveria ser compartilhada com os demais membros da família.

Alguns indicadores selecionados e outras informações reforçam o que foi exposto anteriormente, quanto à evolução da participação feminina no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que dados sobre escolaridade mostram como as mulheres investiram e investem em suas carreiras e autonomia, como dados sobre ocupação e remuneração mostram que ainda há um longo caminho a percorrer.

II – INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

FECUNDIDADE

No período de 1950-1970 a população brasileira registrou as mais elevadas taxas de crescimento, aproximadamente 3,0% ao ano. A partir daí essas taxas passaram a apresentar um forte declínio em consequência de uma forte redução nos níveis de fecundidade. Em 2011, a taxa de crescimento populacional no Brasil foi inferior a 1%, segundo informações da PNAD-IBGE.

Em 1960 a taxa de fecundidade era de 6,3 filhos por mulher. A partir de 1970 esta taxa passa a decrescer e em 2005 atinge 2,1 filhos por mulher, que segundo especialistas, é a taxa de reposição da população. A taxa continuou em queda nos anos seguintes e em 2011, chegou a 1,8 filho por mulher, ou seja, abaixo da taxa de reposição, o que levará a redução do contingente populacional nos próximos anos. Vale destacar que a taxa de fecundidade vem caindo tanto entre as mulheres com nível de renda mais alto, quanto nos níveis mais baixos. A taxa de fecundidade é mais baixa entre as mulheres de renda mais alta e de maior escolaridade. Em 2011, mulheres com até 4 anos de

estudo apresentaram taxa de fecundidade de 2,3 filhos, enquanto que mulheres com doze anos ou mais de estudo, registram fecundidade de 1,3 filho. Em 1992 estas taxas eram de 3,4 e 1,8, respectivamente. O que é preocupante é o crescimento da fecundidade entre jovens. A participação relativa da fecundidade das jovens de 15 a 19 anos passou de 9% em 1980 para 23% em 2006. Em 1980, o pico da fecundidade estava entre os 25 e 29 anos. Hoje, está na faixa das jovens de 20 a 24 anos.

Diversas são as causas estruturais que explicam a queda da fecundidade no Brasil, dentre elas:

- A urbanização e transição urbana;
- Inserção da mulher no mercado de trabalho;
- Aumento dos níveis de educação formal e maiores exigências do mercado de trabalho. Ou aumento dos níveis de educação e maior acesso a mecanismo de controle de natalidade.

Entre os determinantes institucionais, a diversificação dos arranjos familiares e as mudanças nas relações de gênero e empoderamento das mulheres figuram, entre as principais causas para a redução da fecundidade no país nas últimas décadas.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Embaladas pela necessidade de contribuir para a manutenção da família e ou pelo desejo de realização profissional, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. O crescimento dessa inserção vem aumentando continuamente ao longo das últimas décadas e os fatores que ajudam a explicar essa transformação estão relacionados à própria expansão do mercado de trabalho; as transformações culturais que, mesmo ocorrendo lentamente, redirecionam as mulheres a outros espaços, além do âmbito privado; o aumento da escolarização das mulheres; a redução da taxa de fecundidade, entre outros. Diante do exposto, a taxa de participação ou taxa de atividade, indicador que reflete a parcela do total da população com 10 anos ou mais que está trabalhando ou procurando emprego, mostra o potencial da força de trabalho para o mercado. No período em análise, os dados apontam a predominância da participação masculina em todas as regiões, que manteve-se estável ou decresceu ao longo do período analisado. Em 2011, a taxa de participação total foi de 60,0%, porém, no recorte por gênero, os homens registraram taxa de 70,8%, enquanto as mulheres 50,1%. Ou seja, a cada 100 mulheres acima de 10 anos, 50,1 estavam no mercado de trabalho, empregadas ou desempregadas. As outras 49,9 estavam na inatividade (donas de casa,

estudantes, entre outras). Na comparação com 2004, os dados revelam um recuo de 3,0% na taxa de participação feminina, esse decréscimo pode ser explicado em parte pelo maior tempo dedicado aos estudos, na busca por uma melhor qualificação. (Tabela 1).

Por região, os dados indicam decréscimo tanto na participação masculina quanto na feminina, no período em análise. Entre os homens, a maior retração foi registrada na região Nordeste (-5,6%). Com relação à participação feminina, observa-se a maior retração na região Norte (-5,6%) e um pequeno acréscimo na região Sudeste (0,7%).

TABELA 1
Taxa de Participação por sexo e raça –
Brasil e Regiões – 2004 e 2011

	2004			2011			Variação 2011/2004	
	Homens	Mulheres	total	Homens	Mulheres	total	Homens	Mulheres
Brasil e Grandes Regiões								
Norte	74,8	50,0	70,7	71,9	47,2	59,5	-3,8	-5,6
Nordeste	73,0	49,3	68,2	68,9	45,4	56,6	-5,6	-8,0
Sudeste	71,5	51,2	76,0	70,4	51,6	60,6	-1,5	0,7
Sul	76,7	57,0	82,2	73,0	54,7	63,5	-4,8	-4,0
Centro-Oeste	75,3	53,0	72,3	73,7	52,3	62,7	-2,1	-1,4
Brasil	73,2	51,6	75,8	70,8	50,1	60,0	-3,3	-3,0

Nota: (1) Incluídos os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Incluídos os casos de grau de instrução não determinados

(3) Não há registro dos casos

Obs.: A condição de atividade considerada foi a da semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NP/ISS DIEESE-CNTI

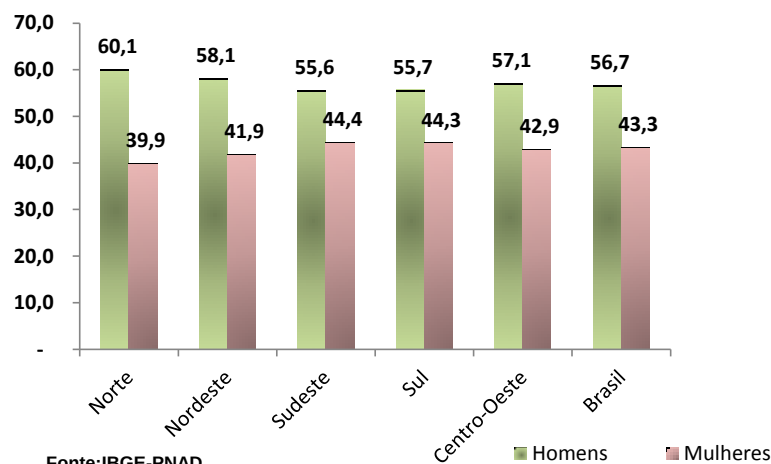
A população brasileira em idade ativa, ou seja, aquela com dez anos ou mais, alcançou em 2009 o contingente de 166,9 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. Deste total, 60,0% estão no mercado de trabalho na condição de ocupados ou desempregados. Em outras

palavras, 100,2 milhões de pessoas compunham, de acordo com a PNAD, a população economicamente ativa brasileira. Os homens correspondiam a 56,7% da PEA, enquanto as mulheres eram cerca 43,3%. Na comparação com o ano de 2004, os percentuais apurados por gênero na PEA indicavam que os homens representavam 56,9% e as mulheres 43,1% (Gráfico 1). Vale destacar que apesar da presença masculina ser maior na PEA, quando se analisa o crescimento dessa participação entre 2004 e 2011, verifica-se que o aumento da PEA feminina foi superior a masculina, ao avançar 8,6%, no período em questão, enquanto que a masculina cresceu 7,8%.

Entre as regiões, os dados acompanham o resultado nacional, com destaque para região Centro-Oeste onde o crescimento da PEA feminina foi de 14,7% na comparação com 2004. Vale destacar que foi também na região Centro-Oeste, que se observou o maior avanço da PEA – 14,8%. (Tabela 3 – Anexo Estatístico)

GRÁFICO 1

Distribuição da População Economicamente Ativa segundo o Sexo – Brasil e Regiões – 2004 e 2011



OCUPAÇÃO

Quando se analisa a ocupação, observa-se que em 2011 do total de pessoas em idade ativa-PIA (166,9 milhões), cerca de 93 milhões (79%) estavam classificadas como ocupadas. O contingente feminino classificado como ocupado representou 45% desse total. A maioria das mulheres encontrava-se no setor de Comércio (17,6% - 505.199), seguido pelos Serviços de Educação, Saúde e Serviços Sociais (16,8% - 470.291) e pelos Serviços Domésticos (15,6% - 412.946). Este dado é novo para a pesquisa, uma vez que é a primeira vez que um segmento distinto dos Serviços domésticos figura como o maior empregador de mão-de-obra feminina. Para especialistas, parte da explicação para a redução do emprego doméstico remunerado, está relacionada à precarização da ocupação que leva a busca de melhores condições, em setores como serviços e comércio. O aumento da escolaridade das mulheres no geral acaba reforçando a migração para outras ocupações, além do desejo de ascensão profissional em carreiras mais promissoras. A Indústria por sua vez, deteve 11% das mulheres ocupadas em seus quadros. (Tabela 2).

TABELA 2**Distribuição dos Ocupados por sexo, segundo os Ramos de Atividades – Brasil 2011**

2011			
	Em %		
Brasil, e Grandes Regiões	Masculino	Feminino	Total
Agrícola	19,0	11,2	15,7
Outras atividades industriais	1,2	0,2	0,8
Indústria de transformação	13,8	11,0	12,6
Construção	14,1	0,5	8,4
Comércio e reparação	18,0	17,6	17,8
Alojamento e alimentação	3,9	6,2	4,9
Transporte, armazenagem e comunicação	8,2	1,7	5,5
Administração pública	5,6	5,2	5,4
Educação, saúde e serviços sociais	3,7	16,8	9,2
Serviços domésticos	0,9	15,6	7,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,4	5,6	3,8
Outras atividades	9,1	8,2	8,7
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,2	0,1	0,1
Brasil	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Inclusos os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Não há registro dos casos

Obs.: A condição de ocupação considerada foi a da semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE

No que se refere à ocupação segundo anos de estudo, observa-se que as mulheres estão melhores. Em 2011, os dados do IBGE revelaram que 46,3% dos ocupados tinham 11 anos ou mais de estudo, sendo que as mulheres estavam acima da média nacional, com 54,3% das ocupadas nessa faixa de anos de estudo.

Regionalmente, a análise segue o mesmo resultado verificado nacionalmente. Os destaques ficaram para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, onde do total de mulheres ocupadas, 59,5%, 57,1% e

52,4%, respectivamente, tinham mais de 11 anos de estudo. A região Nordeste registrou a maior participação, seja de mulheres ou de homens, na faixa com menos anos de estudo -- sem instrução e menos de 1 ano, 13,2% e 20,5% respectivamente (Tabela 3).

TABELA 3**Distribuição dos Ocupados por sexo, segundo os Anos de Estudo – Brasil – 2011**

Sexo e Grupos de anos de estudo	Em %					
	Regiões					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	9,2	13,5	17,6	5,4	4,9	8,0
1 a 3 anos	7,0	10,9	10,4	5,0	5,9	5,8
4 a 7 anos	20,1	20,8	20,6	18,6	23,3	19,2
8 a 10 anos	17,3	16,8	15,0	17,7	19,4	18,4
11 anos ou mais	46,3	37,8	36,4	53,3	46,3	48,5
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	10,8	15,3	20,5	6,1	5,3	9,6
1 a 3 anos	8,1	12,4	12,1	5,5	6,5	6,6
4 a 7 anos	22,2	23,0	22,2	20,8	25,6	21,7
8 a 10 anos	18,3	17,5	15,7	19,0	20,8	19,6
11 anos ou mais	40,6	31,5	29,4	48,5	41,7	42,4
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	7,1	10,6	13,2	4,4	4,3	5,8
1 a 3 anos	5,6	8,6	7,8	4,2	5,2	4,5
4 a 7 anos	17,2	17,2	18,1	15,8	20,4	15,7
8 a 10 anos	15,8	15,6	13,9	16,0	17,6	16,7
11 anos ou mais	54,2	47,7	46,8	59,5	52,4	57,1

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE

DESEMPREGO

O fato de a mulher estar mais presente no mercado de trabalho não garante sua ocupação. Apesar da maior expansão da taxa de participação ao longo dos anos, as taxas de desemprego feminino são maiores que a masculina. Em 2011 a taxa de desemprego total foi de 6,7%, sendo de 4,9% para os homens e de 9,1% para as mulheres, ou seja, uma diferença de 4,2 pontos percentuais entre a taxa de desemprego das mulheres em relação a taxa de desemprego dos homens. Na comparação com 2004 percebe-se uma redução em ambas as taxas, porém a masculina apresentou maior redução 27,9% ao passar de 6,8% para 4,9%. A taxa de desemprego feminina passou de 11,6% para 9,1%, ou seja, registrou decréscimo de 21,5%. A taxa de desemprego significativamente maior entre as mulheres em relação aos homens indica que, além de enfrentar diversas barreiras para se inserir no mercado de trabalho, precisa também superar obstáculos para conseguir uma colocação. Nesse sentido estudos apontam que a maior taxa de desemprego entre as mulheres pode refletir, entre outras questões: a defasagem entre o ritmo de criação de novos postos e o de aumento da participação das mulheres; as possibilidades mais restritas oferecidas às mulheres no que diz respeito a jornadas de trabalho; distância do local de residência, em função das responsabilidades

familiares que ficam quase exclusivamente assumidas por elas; ou ainda a discriminação relacionada à existência do chamado sexismo institucional.

Por região, os dados confirmam o resultado da taxa total onde o desemprego é maior entre as mulheres. A região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de desemprego em 2011, tanto entre as mulheres, ao registrar 10,9%, quanto entre os homens, com taxa de desemprego de 5,7%. (Tabela 4).

TABELA 4
Taxa de Desemprego segundo o Sexo – Brasil e Regiões – 2004-2011

2004								
Em %								
Brasil e Grandes Regiões	Homens	Mulheres	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total ⁽¹⁾
Norte	4,3	10,8	8,4	7,7	6,8	7,4	6,6	6,9
Nordeste	6,8	11,9	13,3	8,0	13,5	8,3	8,8	8,9
Sudeste	8,3	13,3	9,5	9,4	12,5	6,8	12,3	10,5
Sul	4,3	7,4	11,8	5,2	8,3	5,0	7,6	5,7
Centro-Oeste	5,8	11,2	10,0	7,0	10,7	5,2	8,8	8,1
Brasil	6,8	11,6	11,1	7,9	12,0	6,6	9,6	8,9
2011								
Brasil e Grandes Regiões	Homens	Mulheres	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
Norte	4,8	10,0	3,7	6,5	6,0	5,1	7,2	6,9
Nordeste	5,7	10,9	7,0	7,3	9,7	10,8	7,7	7,9
Sudeste	5,1	9,3	2,4	6,3	7,6	5,7	8,0	7,0
Sul	3,2	5,8	0,5	4,0	5,8	0,8	5,6	4,4
Centro-Oeste	4,1	8,2	7,6	5,1	5,5	5,4	6,7	5,9
Brasil	4,9	9,1	4,1	5,8	7,9	6,0	7,5	6,7

Nota: (1) Incluídos os casos sem declaração de cor ou raça.

Obs.: Foram consideradas as pessoas desocupadas na semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/ISS DIEESE-CNTI

A CHEFIA FEMININA NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS

Sem dúvida, uma das maiores mudanças nas relações de gênero é o significativo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres. De acordo com a PNAD, em 2004, cerca de 29,0% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres. Em 2011 essa proporção passou para 37,5%.

Ainda de acordo com o IBGE, em 2004 16,4 milhões de mulheres eram chefes de família, em 2011 este contingente passou para 24,1 milhões, um aumento de 47%.

Por região, há a predominância da chefia masculina, porém o aumento da participação da chefia feminina foi significativa em todas as regiões conforme mostra a tabela 5.

Apesar do avanço observado no número de famílias chefiadas por mulheres, a análise do fenômeno deve ser feita com muito cuidado, uma vez que a chefia feminina é marcada por grande heterogeneidade, sendo observada em diversos arranjos familiares. Os significados assumidos podem ser múltiplos, porque é muito diferente ser chefe de família em lares onde há a presença de um cônjuge, e ser chefe em lares onde moram apenas as mães com seus filhos, por exemplo.

Outro dado relevante é que estudos apontam que mesmo assumindo a chefia familiar, essas mulheres ainda respondem pela

maior parte das responsabilidades familiares, o que por consequência reflete na sua inserção no mercado de trabalho, impactando na qualidade do posto de trabalho assumido, e nos rendimentos e ascensão profissional.

TABELA 5
Distribuição dos Chefes de Família segundo o Sexo – Brasil e Regiões – 2004 e 2011

Brasil e Grandes regiões	2004			2011			Em %
	Homens	Mulheres	Total ^{(1) (2)}	Homens	Mulheres	Total ⁽²⁾	
Norte	72,40	27,60	100,00	63,03	36,97	100,00	
Nordeste	69,42	30,58	100,00	61,34	38,66	100,00	
Sudeste	70,12	29,88	100,00	62,45	37,55	100,00	
Sul	73,38	26,62	100,00	63,71	36,29	100,00	
Centro-Oeste	70,77	29,23	100,00	64,54	35,46	100,00	
Brasil	70,65	29,35	100,00	62,55	37,45	100,00	

Nota: (1) Inclui os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Inclui os casos de grau de instrução não determinados

(3) Não há registro dos casos

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE

RENDIMENTOS

Além de todas as dificuldades enfrentadas pela mulher no discriminatório mercado de trabalho brasileiro, ainda há a desigualdade de remuneração em relação ao homem.

Em 2004 a remuneração média da mão-de-obra feminina correspondia a 56,3% da masculina, sendo que em 2011 passou para 63,5%. Embora a diferença nos rendimentos seja verificada em quase todos os setores de atividades, foram observados alguns ramos onde a

diferença foi bem pequena, ou o rendimento das mulheres supera o dos homens, sendo este um evento raro, que pode ser explicado em parte pelo quantitativo menor de mulheres na atividade, porém, em ocupações com melhores remunerações. Por outro lado, existem outros casos, onde mesmo as mulheres assumindo postos com melhores remunerações, como é o caso da Construção Civil, os rendimentos ainda são bem menores que o dos homens, evidenciando a discriminação de gênero existente no mercado de trabalho brasileiro e evidenciado a desvalorização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres. (Tabela 6).

Em 2004 o rendimento médio feminino era de R\$ 554, em 2011 este valor passou para R\$ 1.073, um incremento de R\$ 93,0%. No mesmo período, a remuneração masculina avançou 84,0%. O que se observa com isso, é que a aproximação dos rendimentos é muito lenta e que os diferenciais permanecem elevados ao longo do tempo, o que sugere que apenas os movimentos do próprio mercado não são suficientes para reduzir essa desigualdade, medidas que busquem uma maior e melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho são absolutamente necessárias para o alcance da equidade de gênero.

Os fatores que explicam em grande parte os significativos diferenciais salariais entre homens e mulheres, estão relacionados ao fato de serem as mulheres as responsáveis quase que exclusivas pelo trabalho reprodutivo. Isso é reflexo da convencional divisão sexual do

trabalho que destina aos homens o trabalho produtivo (remunerado) e, as mulheres as tarefas reprodutivas e do cuidado. E o reflexo desse movimento faz com que as ocupações realizadas predominantemente pelas mulheres tenham condições inferiores a dos homens.

TABELA 6
Proporção do Rendimento Médio Feminino em Relação ao Masculino, segundo os Ramos de Atividades Econômicas – Brasil 2004-2011

Setor de Atividade Econômica	Rendimento médio feminino em relação ao masculino - %	
	2004	2011
Agrícola	90,3	123,0
Outras atividades industriais	53,8	61,7
Indústria de transformação	175,2	155,3
Construção	67,7	68,8
Comércio e reparação	67,4	70,7
Alojamento e alimentação	88,6	85,0
Transporte, armazenagem e comunicação	91,4	85,1
Administração pública	52,7	60,1
Educação, saúde e serviços sociais	71,0	68,7
Serviços domésticos	60,0	67,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	72,6	70,0
Outras atividades	176,8	92,1
Atividades mal definidas ou não declaradas	69,7	73,4
Brasil	56,3	63,5

Nota: (1) Rendimento médio do trabalho principal

Obs.: Os casos sem declaração não foram considerados

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

JORNADA DE TRABALHO

Em relação à jornada de trabalho feminina, dados da PNAD relativos a 2011 mostram que em média, as mulheres trabalharam 58 horas semanais, sendo 36 horas dedicadas ao mercado de trabalho e 22 horas nos afazeres domésticos ou trabalho reprodutivo. Os homens têm uma jornada média de 42 horas semanais no mercado de trabalho e outras 10 horas nos afazeres domésticos, totalizando 52,0 horas semanais. Em 2004, a jornada semanal das mulheres era de 35 horas no mercado de trabalho e 22 horas nos afazeres domésticos, ou seja, aumentou 1 hora no trabalho remunerado, porém, a quantidade de horas dedicadas às tarefas reprodutivas permaneceu inalterada. Quanto aos homens, ocorreu o contrário, dedicavam 44 horas no trabalho remunerado e 10 horas nas tarefas domésticas, ou seja, reduziram as horas no trabalho remunerado, porém, permaneceram com as mesmas 10 horas nos afazeres domésticos.

Regionalmente, os dados mostram que é na região Sudeste que as mulheres registram a maior carga horária semanal, de 60 horas. (tabela 7).

Estudo realizado pela OIT em 2009, mostra que no conjunto de trabalhadoras inseridas no mercado de trabalho no país naquele ano,

cerca de 90% delas afirmou realizar afazeres domésticos. Entre os homens, 50% estavam na mesma condição.

Neste sentido, políticas que visem conciliar trabalho, vida pessoal e familiar são absolutamente necessárias. Iniciativas sejam elas governamentais ou privadas no sentido de aumentar a oferta de creches, transporte público de qualidade, jornadas flexíveis, entre outros, são extremamente importantes para amenizar a atual situação das mulheres, na difícil tarefa de conciliar trabalho, vida pessoal e familiar, além disso, um maior compartilhamento dos afazeres domésticos, além de necessário, é justo.

De acordo com a OIT, “ A massiva incorporação das mulheres no mercado de trabalho não vem sendo acompanhada de um processo satisfatório de redefinição das relações de gênero com relação à divisão sexual do trabalho, seja no âmbito da vida privada, seja no processo de formulação de políticas públicas e de ações por parte de empresas e sindicatos, especialmente no concernente às responsabilidades domésticas e familiares”, uma vez que o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho seja por uma questão de autonomia, seja por necessidade de complementação de renda, além de outras causas, vem ocorrendo sem que haja uma nova formulação quanto a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, que continua sendo realizado quase que exclusivamente pelas mulheres.

TABELA 7

Jornada média semanal e horas dedicadas em média aos afazeres domésticos na semana de referência por sexo – Brasil e regiões.

2004						
Brasil e Grandes Regiões	Masculino		Feminino		Total	
	Trabalho	Afazeres domésticos	Trabalho	Afazeres domésticos	Trabalho	Afazeres domésticos
Norte	43	10	34	21	40	16
Nordeste	42	11	32	25	38	19
Sudeste	45	10	37	21	42	17
Sul	45	10	36	22	41	16
Centro-Oeste	46	9	37	20	42	16
Brasil	44	10	35	22	40	17

2011						
Brasil e Grandes Regiões	Masculino		Feminino		Total	
	Trabalho	Afazeres domésticos	Trabalho	Afazeres domésticos	Trabalho	Afazeres domésticos
Norte	41	10	34	22	39	16
Nordeste	40	11	33	25	37	19
Sudeste	43	10	38	22	41	17
Sul	44	10	37	21	41	16
Centro-Oeste	44	10	37	21	41	16
Brasil	42	10	36	22	40	17

Obs.: Foram consideradas as pessoas ocupadas na semana de referência com 16 anos ou mais de idade

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TRABALHO DOMÉSTICO

O Trabalho doméstico entendido como aquele realizado por uma/um trabalhador no âmbito de um domicílio que não seja o de sua unidade familiar alcançou em 2011 o quantitativo de 6,6 milhões de trabalhadores, sendo 93% deste contingente, formado por mulheres.

Segundo a PNAD 2011, 7,1% do total de ocupados estavam nos Serviços Domésticos, o que representou uma redução em relação a 2004, quando o trabalho doméstico representava 7,6% do total. O

trabalho doméstico sempre foi considerado a principal porta de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, porém, em 2011, os dados surpreenderam ao revelar que o contingente de mulheres no Comércio superou o de mulheres no trabalho doméstico. Em 2004, 17% das mulheres ocupadas estavam no trabalho doméstico, em 2011 esse percentual caiu para 15,6%. Também é uma ocupação onde a questão de raça é muito presente, sendo que aproximadamente 80% dessas trabalhadoras são negras ou pardas. Conforme comentado anteriormente, foi a primeira vez que um segmento diferente dos Serviços domésticos absorveu um maior quantitativo de mulheres, mostrando uma tendência de mudança no perfil do emprego feminino, que em um mercado de trabalho aquecido, parte em busca de ocupações mais compatíveis com sua escolaridade, maior formalização, com perspectivas de ascensão profissional, entre outros motivos.

A informalidade é uma das principais características do emprego doméstico no Brasil. Enquanto o índice de formalização do total de mulheres ocupadas no conjunto de todas as atividades econômicas foi de 42,5% em 2011, o que já é considerado baixo, o mesmo indicador para as trabalhadoras domésticas foi de 34,9%. Mesmo baixo, demonstrou um aumento na formalização pois em 2004, enquanto a média geral de formalização para o conjunto de ocupadas era de 41%, para as domésticas era de apenas 27%. Os rendimentos também são altamente influenciados pela formalização e pela

desvalorização desse tipo de ocupação. Em 2011, enquanto a remuneração média mensal para uma trabalhadora doméstica com carteira de trabalho assinada era de R\$ 675,30, para àquelas sem o registro em carteira o valor médio era de R\$ 417,10. A situação ainda fica mais dramática para as trabalhadoras negras, que recebem uma remuneração inferior aos das não negras (Tabela 8).

TABELA 8

Rendimento médio mensal das mulheres trabalhadoras domésticas, por cor/raça – Brasil e Regiões

Brasil, Grandes Regiões e Tipo de trabalho doméstico	2004						2011					
	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Total
Norte	333	286	287	(1)	297	294	573	584	605	(1)	593	591
Nordeste	260,0	275,3	277,7	(1)	281,8	279,5	594,9	581,3	560,2	622,0	578,7	576,3
Sudeste	568,8	357,6	374,8	309,8	360,5	361,7	950,0	705,7	686,4	571,0	694,5	698,5
Sul	401,3	339,6	337,0	(1)	340,9	339,8	1.162,6	687,7	721,0	(1)	674,0	689,0
Centro-Oeste	(1)	350,0	316,9	(1)	329,5	335,7	715,0	673,9	624,4	782,6	665,5	665,2
Brasil	521,9	346,4	351,7	309,8	337,8	344,3	774,3	689,2	664,2	683,8	663,8	675,3
Norte	194,1	200,1	182,8	227,8	189,4	191,1	504,6	381,0	352,0	372,9	356,8	363,0
Nordeste	224,8	135,7	145,3	121,3	134,3	135,7	265,8	299,3	295,0	166,5	271,4	280,2
Sudeste	200,0	259,9	248,5	268,8	215,7	240,0	565,7	518,8	510,7	748,6	467,5	495,4
Sul	50,0	225,9	225,7	215,1	193,2	218,7	310,1	479,7	491,8	(1)	430,6	468,7
Centro-Oeste	220,0	215,5	215,2	220,5	205,2	209,4	483,5	440,1	422,0	350,0	456,3	446,8
Brasil	197,0	227,5	214,4	210,5	182,6	203,9	466,3	464,3	421,3	363,8	381,5	417,1

Nota: (1) Não há registro dos casos

Obs.: Foram consideradas as pessoas ocupadas na semana de referência

Fonte: PNAD/CIBGE

Elaboração: DIEESE-UNUS/DIEESE-CNTI

Por fim, deve-se ressaltar que o trabalho doméstico remunerado no Brasil foi uma das principais portas de acesso das mulheres ao mercado de trabalho. No entanto, trata-se de uma ocupação revestida de preconceitos e estigmas, marcada pela precarização, caracterizada pelos baixos níveis de salários e formalização. neste sentido, o trabalho doméstico no país se constituiu histórica e persistentemente como uma ocupação feminina (em 2011, apenas 0,9% dos homens estavam

empregados neste setor, sendo que a maioria estava empregada em atividades como jardinagem e, outras diferentes do trabalho de cuidado propriamente dito) e negra. com estas características, essa atividade termina por se revelar como uma das ocupações contemporâneas de exposição implacável do legado histórico patriarcalista e escravocrata, que perpetuam as desigualdades de gênero e raça no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas registra diversos avanços no que se refere ao seu novo papel social. No entanto, velhas formas de discriminação ainda coabitam com as tentativas de superação dos velhos modelos de preconceitos que ainda são reproduzidos em nossa sociedade e que insistem em classificar a força de trabalho feminina como secundária, além de continuar reservando a elas à atribuição quase que exclusiva pelas tarefas reprodutivas e de cuidados. Essas velhas e persistentes formas de discriminação de gênero afetam sobremaneira a trajetória laboral das mulheres, empurrando-as, não raras as vezes, para ocupações precárias, com baixa remuneração e sem proteção social, principalmente as mulheres mais pobres, que residem em regiões carentes de prestação de serviços públicos de qualidade, como uma rede

de transporte eficiente e creches com estruturas adequadas para receber suas crianças, por exemplo.

Os indicadores do mercado de trabalho apresentados anteriormente confirmam esse quadro de discriminação. A taxa de desemprego mais alta entre as mulheres, o baixo percentual de contribuição à previdência social e, os grandes diferenciais de rendimentos ao longo do tempo, indicam que as barreiras existentes dificilmente serão superadas sem políticas específicas. Diante disso, vale ressaltar que iniciativas do Estado, via políticas econômicas são um dos caminhos para a promoção do desenvolvimento social mais igualitário. No entanto, são necessárias políticas de cunho específico para as mulheres, voltadas, por exemplo, para os cuidados com a reprodução social, que são políticas que facilitarão o acesso ao mercado de trabalho com mais qualidade e que sobretudo, contribuirão para a desconstrução da idéia da mulher como uma força de trabalho secundária.

III - ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA 1
População Total – Brasil, Regiões e Unidades da Federação
2004-2011

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	7.360.291	7.222.443	14.582.734	8.273.520	8.225.351	16.498.871
Acre	331.514	329.820	661.334	382.395	386.910	769.305
Amapá	285.071	301.085	586.156	356.394	354.337	710.731
Amazonas	1.602.908	1.586.693	3.189.601	1.811.617	1.818.025	3.629.642
Pará	3.537.897	3.442.829	6.980.726	3.957.106	3.921.219	7.878.325
Rondônia	756.570	726.849	1.483.419	805.795	795.705	1.601.500
Roraima	197.641	198.312	395.953	241.594	235.876	477.470
Tocantins	648.690	636.855	1.285.545	718.619	713.279	1.431.898
Nordeste	24.784.183	25.985.815	50.769.998	26.171.716	28.054.427	54.226.143
Alagoas	1.459.201	1.532.457	2.991.658	1.537.463	1.646.796	3.184.259
Bahia	6.721.744	6.883.547	13.605.291	6.870.318	7.350.300	14.220.618
Ceará	3.884.575	4.125.888	8.010.463	4.179.928	4.491.158	8.671.086
Maranhão	3.033.099	3.142.332	6.175.431	3.321.929	3.450.501	6.772.430
Paraíba	1.773.798	1.853.151	3.626.949	1.816.772	2.018.835	3.835.607
Pernambuco	4.007.486	4.409.161	8.416.647	4.303.060	4.681.349	8.984.409
Piauí	1.467.411	1.531.967	2.999.378	1.553.011	1.624.233	3.177.244
Rio Grande do Norte	1.476.231	1.522.572	2.998.803	1.563.872	1.687.905	3.251.777
Sergipe	960.638	984.740	1.945.378	1.025.363	1.103.350	2.128.713
Sudeste	37.065.159	39.859.792	76.924.951	39.555.946	42.510.652	82.066.598
Espírito Santo	1.629.841	1.704.433	3.334.274	1.748.393	1.855.974	3.604.367
Minas Gerais	9.207.609	9.651.899	18.859.508	9.716.132	10.246.353	19.962.485
Rio de Janeiro	7.207.545	8.090.919	15.298.464	7.644.627	8.687.506	16.332.133
São Paulo	19.020.164	20.412.541	39.432.705	20.446.794	21.720.819	42.167.613
Sul	12.955.456	13.445.590	26.401.046	13.617.811	14.256.971	27.874.782
Paraná	4.946.704	5.116.736	10.063.440	5.207.769	5.425.354	10.633.123
Rio Grande do Sul	5.114.706	5.360.316	10.475.022	5.219.501	5.582.769	10.802.270
Santa Catarina	2.894.046	2.968.538	5.862.584	3.190.541	3.248.848	6.439.389
Centro-Oeste	6.353.584	6.657.193	13.010.777	7.119.806	7.456.600	14.576.406
Distrito Federal	1.095.352	1.250.317	2.345.669	1.273.373	1.407.884	2.681.257
Goiás	2.736.693	2.834.320	5.571.013	3.011.873	3.206.093	6.217.966
Mato Grosso	1.402.779	1.402.773	2.805.552	1.598.707	1.550.032	3.148.739
Mato Grosso do Sul	1.118.760	1.169.783	2.288.543	1.235.853	1.292.591	2.528.444
Brasil	88.518.673	93.170.833	181.689.506	94.738.799	100.504.001	195.242.800

Nota: (1) Inclusos os casos sem declaração de cor ou raça.

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NP/ISS DIEESE-CNTI

TABELA 2

População em Idade Ativa – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2004-2011

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ⁽²⁾	Homens	Mulheres	Total
Norte	5.637.606	5.602.853	11.240.459	6.630.840	6.713.446	13.344.286
Acre	247.820	245.662	493482	299.152	309.140	608292
Amapá	208.928	226.453	435381	280.587	289.388	569975
Amazonas	1.194.357	1.212.444	2406801	1.415.205	1.447.293	2862498
Pará	2.714.500	2.671.794	5386294	3.179.778	3.208.226	6388004
Rondônia	601.221	596.691	1197912	671.809	670.635	1342444
Roraima	153.936	146.074	300010	191.088	188.492	379580
Tocantins	516.844	503.735	1020579	593.221	600.272	1193493
Nordeste	19.665.009	21.022.715	40.687.724	21.707.955	23.766.659	45.474.614
Alagoas	1.122.499	1.215.320	2337819	1.257.259	1.371.183	2628442
Bahia	5.422.752	5.587.560	11010312	5.717.658	6.210.619	11928277
Ceará	3.068.608	3.354.713	6423321	3.520.223	3.875.079	7395302
Maranhão	2.322.919	2.463.981	4786900	2.639.376	2.782.713	5422089
Paraíba	1.418.210	1.504.909	2923119	1.541.957	1.760.189	3302146
Pernambuco	3.185.375	3.583.030	6768405	3.594.970	3.995.583	7590553
Piauí	1.184.728	1.246.701	2431429	1.259.511	1.380.478	2639989
Rio Grande do Norte	1.182.224	1.257.852	2440076	1.334.390	1.459.019	2793409
Sergipe	757.694	808.649	1566343	842.611	931.796	1774407
Sudeste	30.799.490	33.802.423	64.601.913	34.213.975	37.281.673	71.495.648
Espírito Santo	1333972	1420657	2754629	1495296	1605917	3101213
Minas Gerais	7620422	8079987	15700409	8343680	8960750	17304430
Rio de Janeiro	6066935	7011997	13078932	6645718	7679361	14325079
São Paulo	15778161	17289782	33067943	17729281	19035645	36764926
Sul	10.798.774	11.437.518	22.236.292	11.756.429	12.498.865	24.255.294
Paraná	4098355	4305370	8403725	4478436	4750419	9228855
Rio Grande do Sul	4276008	4604538	8880546	4508616	4908837	9417453
Santa Catarina	2424411	2527610	4952021	2769377	2839609	5608986
Centro-Oeste	5.148.525	5.482.389	10.630.914	6.031.294	6.385.763	12.417.057
Distrito Federal	882896	1034291	1917187	1075017	1209823	2284840
Goiás	2232430	2338451	4570881	2561103	2744928	5306031
Mato Grosso	1129333	1137718	2267051	1347764	1322125	2669889
Mato Grosso do Sul	903866	971929	1875795	1047410	1108887	2156297
Brasil	72.049.404	77.347.898	149.397.302	80.340.493	86.646.406	166.986.899

Nota: (1) População com 10 anos ou mais de idade

(2) Incluídos os casos sem declaração de cor ou raça.

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TABELA 3

População Economicamente Ativa – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2004-2011

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ⁽¹⁾	Homens	Mulheres	Total
Norte	4.215.182	2.803.067	7.018.249	4.768.539	3.170.183	7.938.722
Acre	189.157	128.461	317618	206.102	159.462	365564
Amapá	138.738	101.467	240205	180.045	124.124	304169
Amazonas	853.561	579.132	1432693	993.435	668.919	1662354
Pará	2.061.151	1.334.329	3395480	2.305.602	1.496.566	3802168
Rondônia	457.976	324.005	781981	500.023	309.726	809749
Roraima	107.478	60.650	168128	143.697	100.317	244014
Tocantins	407.121	275.023	682144	439.635	311.069	750704
Nordeste	14.354.475	10.370.683	24.725.158	14.964.526	10.783.501	25.748.027
Alagoas	767.595	496.411	1264006	806.714	505.778	1312492
Bahia	4.045.692	2.859.992	6905684	4.109.904	3.155.208	7265112
Ceará	2.236.502	1.682.870	3919372	2.375.611	1.751.251	4126862
Maranhão	1.680.444	1.300.457	2980901	1.857.826	1.277.965	3135791
Paraíba	1.014.458	682.244	1696702	1.059.485	761.024	1820509
Pernambuco	2.299.502	1.653.184	3952686	2.295.152	1.542.062	3837214
Piauí	951.472	702.958	1654430	945.066	726.728	1671794
Rio Grande do Norte	799.359	548.830	1348189	906.567	631.545	1538112
Sergipe	559.451	443.737	1003188	608.201	431.940	1040141
Sudeste	22.013.798	17.321.126	39.334.924	24.082.125	19.244.981	43.327.106
Espírito Santo	1009683	768804	1778487	1092678	871918	1964596
Minas Gerais	5531692	4328121	9859813	5982825	4652495	10635320
Rio de Janeiro	4129882	3368878	7498760	4469528	3629258	8098786
São Paulo	11342541	8855323	20197864	12537094	10091310	22628404
Sul	8.283.354	6.516.469	14.799.823	8.586.397	6.836.786	15.423.183
Paraná	3137955	2403953	5541908	3299300	2576331	5875631
Rio Grande do Sul	3277996	2659056	5937052	3289190	2749278	6038468
Santa Catarina	1867403	1453460	3320863	1997907	1511177	3509084
Centro-Oeste	3.877.280	2.905.320	6.782.600	4.447.976	3.337.589	7.785.565
Distrito Federal	610913	565839	1176752	766111	670930	1437041
Goiás	1700377	1209685	2910062	1909065	1404252	3313317
Mato Grosso	893445	617328	1510773	1012751	678578	1691329
Mato Grosso do Sul	672545	512468	1185013	760049	583829	1343878
Brasil	52.744.089	39.916.665	92.660.754	56.849.563	43.373.040	100.222.603

Nota: (1) Incluídos os casos sem declaração de cor ou raça.

Obs.: A condição de atividade considerada foi a da semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TABELA 4

População Ocupada, segundo o Sexo – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2004-2011

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ^{(1) (2)}	Homens	Mulheres	Total
Norte	4.035.335	2.500.008	6.535.343	4.539.245	2.853.416	7.392.661
Acre	180.517	116.723	297.240	201.005	149.834	350.839
Amapá	125.238	83.638	208.876	163.633	101.241	264.874
Amazonas	802.592	480.412	1.283.004	935.015	596.057	1.531.072
Pará	1.982.455	1.210.019	3.192.474	2.195.579	1.334.662	3.530.241
Rondônia	445.622	300.963	746.585	488.525	295.647	784.172
Roraima	102.067	52.912	154.979	134.322	91.636	225.958
Tocantins	396.844	255.341	652.185	421.166	284.339	705.505
Nordeste	13.379.753	9.139.917	22.519.670	14.116.521	9.609.987	23.726.508
Alagoas	713.905	431.800	1.145.705	756.082	434.429	1.190.511
Bahia	3.738.491	2.444.421	6.182.912	3.841.050	2.764.516	6.605.566
Ceará	2.097.890	1.521.209	3.619.099	2.284.020	1.627.824	3.911.844
Maranhão	1.599.724	1.182.241	2.781.965	1.786.906	1.150.167	2.937.073
Paraíba	946.552	605.166	1.551.718	983.007	672.742	1.655.749
Pernambuco	2.099.175	1.418.253	3.517.428	2.140.577	1.366.287	3.506.864
Piauí	926.780	663.026	1.589.806	906.604	668.476	1.575.080
Rio Grande do Norte	738.382	494.467	1.232.849	841.855	548.860	1.390.715
Sergipe	518.854	379.334	898.188	576.420	376.686	953.106
Sudeste	20.180.209	15.013.872	35.194.081	22.848.178	17.449.500	40.297.678
Espírito Santo	950.044	697.048	1.647.092	1.027.512	786.542	1.814.054
Minas Gerais	5.139.764	3.840.425	8.980.189	5.732.894	4.267.846	10.000.740
Rio de Janeiro	3.758.331	2.882.488	6.640.819	4.191.346	3.243.279	7.434.625
São Paulo	10.332.070	7.593.911	17.925.981	11.896.426	9.151.833	21.048.259
Sul	7.925.453	6.035.868	13.961.321	8.310.120	6.439.096	14.749.216
Paraná	2.983.857	2.218.959	5.202.816	3.190.286	2.414.835	5.605.121
Rio Grande do Sul	3.136.925	2.447.290	5.584.215	3.179.537	2.579.970	5.759.507
Santa Catarina	1.804.671	1.369.619	3.174.290	1.940.297	1.444.291	3.384.588
Centro-Oeste	3.652.935	2.579.317	6.232.252	4.263.515	3.063.489	7.327.004
Distrito Federal	545.278	462.749	1.008.027	720.048	604.913	1.324.961
Goiás	1.608.623	1.088.401	2.697.024	1.838.371	1.316.517	3.154.888
Mato Grosso	860.565	563.977	1.424.542	967.518	599.623	1.567.141
Mato Grosso do Sul	638.469	464.190	1.102.659	737.578	542.436	1.280.014
Brasil	49.173.685	35.268.982	84.442.667	54.077.579	39.415.488	93.493.067

Nota: (1) Inclui os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Inclui os casos de grau de instrução não determinados

(3) Não há registro dos casos

Obs.: A condição de ocupação considerada foi a da semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TABELA 5

Taxa de Participação – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2004-2011

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ^{(1) (2)}	Homens	Mulheres	Total ⁽²⁾
Norte	74,8	50,0	77,1	71,9	47,2	80,8
Acre	76,3	52,3	74,6	68,9	51,6	78,8
Amapá	66,4	44,8	74,3	64,2	42,9	80,2
Amazonas	71,5	47,8	75,5	70,2	46,2	78,7
Pará	75,9	49,9	77,2	72,5	46,6	81,0
Rondônia	76,2	54,3	80,8	74,4	46,2	83,8
Roraima	69,8	41,5	75,8	75,2	53,2	79,5
Tocantins	78,8	54,6	79,4	74,1	51,8	83,3
Nordeste	73,0	49,3	80,1	68,9	45,4	83,8
Alagoas	68,4	40,8	78,1	64,2	36,9	82,5
Bahia	74,6	51,2	80,9	71,9	50,8	83,9
Ceará	72,9	50,2	80,2	67,5	45,2	85,3
Maranhão	72,3	52,8	77,5	70,4	45,9	80,0
Paraíba	71,5	45,3	80,6	68,7	43,2	86,1
Pernambuco	72,2	46,1	80,4	63,8	38,6	84,4
Piauí	80,3	56,4	81,1	75,0	52,6	83,1
Rio Grande do Norte	67,6	43,6	81,4	67,9	43,3	85,9
Sergipe	73,8	54,9	80,5	72,2	46,4	83,3
Sudeste	71,5	51,2	84,0	70,4	51,6	87,1
Espírito Santo	75,7	54,1	82,6	73,1	54,3	86,0
Minas Gerais	72,6	53,6	83,2	71,7	51,9	86,7
Rio de Janeiro	68,1	48,0	85,5	67,3	47,3	87,7
São Paulo	71,9	51,2	83,9	70,7	53,0	87,2
Sul	76,7	57,0	84,2	73,0	54,7	87,0
Paraná	76,6	55,8	83,5	73,7	54,2	86,7
Rio Grande do Sul	76,7	57,7	84,8	73,0	56,0	87,2
Santa Catarina	77,0	57,5	84,5	72,1	53,2	87,1
Centro-Oeste	75,3	53,0	81,7	73,7	52,3	85,2
Distrito Federal	69,2	54,7	81,7	71,3	55,5	85,2
Goiás	76,2	51,7	82,0	74,5	51,2	85,3
Mato Grosso	79,1	54,3	80,8	75,1	51,3	84,8
Mato Grosso do Sul	74,4	52,7	82,0	72,6	52,6	85,3
Brasil	73,2	51,6	82,2	70,8	50,1	85,5

Nota: (1) Inclui os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Inclui os casos de grau de instrução não determinados

(3) Não há registro dos casos

Obs.: A condição de atividade considerada foi a da semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TABELA 6**Taxa de Desemprego, segundo o Sexo – Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2004-2011**

Região/Unidade da Federação	Em %					
	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ⁽¹⁾	Homens	Mulheres	Total
Norte	4,3	10,8	6,9	4,8	10,0	6,9
Acre	4,6	9,1	6,4	2,5	6,0	4,0
Amapá	9,7	17,6	13,0	9,1	18,4	12,9
Amazonas	6,0	17,0	10,4	5,9	10,9	7,9
Pará	3,8	9,3	6,0	4,8	10,8	7,2
Rondônia	2,7	7,1	4,5	2,3	4,5	3,2
Roraima	5,0	12,8	7,8	6,5	8,7	7,4
Tocantins	2,5	7,2	4,4	4,2	8,6	6,0
Nordeste	6,8	11,9	8,9	5,7	10,9	7,9
Alagoas	7,0	13,0	9,4	6,3	14,1	9,3
Bahia	7,6	14,5	10,5	6,5	12,4	9,1
Ceará	6,2	9,6	7,7	3,9	7,0	5,2
Maranhão	4,8	9,1	6,7	3,8	10,0	6,3
Paraíba	6,7	11,3	8,5	7,2	11,6	9,1
Pernambuco	8,7	14,2	11,0	6,7	11,4	8,6
Piauí	2,6	5,7	3,9	4,1	8,0	5,8
Rio Grande do Norte	7,6	9,9	8,6	7,1	13,1	9,6
Sergipe	7,3	14,5	10,5	5,2	12,8	8,4
Sudeste	8,3	13,3	10,5	5,1	9,3	7,0
Espírito Santo	5,9	9,3	7,4	6,0	9,8	7,7
Minas Gerais	7,1	11,3	8,9	4,2	8,3	6,0
Rio de Janeiro	9,0	14,4	11,4	6,2	10,6	8,2
São Paulo	8,9	14,2	11,2	5,1	9,3	7,0
Sul	4,3	7,4	5,7	3,2	5,8	4,4
Paraná	4,9	7,7	6,1	3,3	6,3	4,6
Rio Grande do Sul	4,3	8,0	5,9	3,3	6,2	4,6
Santa Catarina	3,4	5,8	4,4	2,9	4,4	3,5
Centro-Oeste	5,8	11,2	8,1	4,1	8,2	5,9
Distrito Federal	10,7	18,2	14,3	6,0	9,8	7,8
Goiás	5,4	10,0	7,3	3,7	6,2	4,8
Mato Grosso	3,7	8,6	5,7	4,5	11,6	7,3
Mato Grosso do Sul	5,1	9,4	6,9	3,0	7,1	4,8
Brasil	6,8	11,6	8,9	4,9	9,1	6,7

Nota: (1) Inclusos os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Não há registros dos casos

Obs.: Foram consideradas as pessoas desocupadas na semana de referência

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

TABELA 7**Chefes de Família – Brasil, Regiões e Unidades da Federação 2004-2011**

Região/Unidade da Federação	2004			2011		
	Homens	Mulheres	Total ^{(1) (2)}	Homens	Mulheres	Total ⁽²⁾
Norte	342.533	110.447	452.980	324.512	194.274	518.786
Acre	133.268	46.466	179.734	145.517	77.194	222.711
Amapá	609.168	246.895	856.063	615.320	395.118	1.010.438
Amazonas	72.545	35.641	108.186	84.525	63.187	147.712
Pará	1.389.848	539.819	1.929.667	1.470.809	805.931	2.276.740
Rondônia	96.628	40.520	137.148	122.028	83.207	205.235
Roraima	277.020	94.020	371.040	286.279	169.391	455.670
Tocantins	2.921.010	1.113.808	4.034.818	3.048.990	1.788.302	4.837.292
Nordeste	1.176.542	470.460	1.647.002	1.184.874	760.121	1.944.995
Alagoas	611.034	234.314	845.348	633.455	338.753	972.208
Bahia	1.571.729	711.167	2.282.896	1.673.408	1.045.969	2.719.377
Ceará	635.778	244.864	880.642	681.266	387.081	1.068.347
Maranhão	742.374	311.533	1.053.907	820.710	447.055	1.267.765
Paraíba	1.664.299	812.415	2.476.714	1.657.997	1.170.952	2.828.949
Pernambuco	592.419	248.886	841.305	577.685	371.728	949.413
Piauí	395.088	182.803	577.891	426.541	269.053	695.594
Rio Grande do Norte	2.750.034	1.250.047	4.000.081	2.776.351	1.783.387	4.559.738
Sergipe	10.139.297	4.466.489	14.605.786	10.432.287	6.574.099	17.006.386
Sudeste	4.058.281	1.776.813	5.835.094	4.371.406	2.319.558	6.690.964
Espírito Santo	745.496	291.213	1.036.709	720.367	456.150	1.176.517
Minas Gerais	3.563.187	1.651.884	5.215.071	3.529.699	2.307.393	5.837.092
Rio de Janeiro	8.873.067	3.625.229	12.498.296	8.819.895	5.405.848	14.225.743
São Paulo	17.240.031	7.345.139	24.585.170	17.441.367	10.488.949	27.930.316
Sul	2.392.732	815.041	3.207.773	2.421.079	1.192.815	3.613.894
Paraná	1.429.432	437.972	1.867.404	1.419.791	795.321	2.215.112
Rio Grande do Sul	2.492.855	1.037.530	3.530.385	2.338.620	1.532.227	3.870.847
Santa Catarina	6.315.019	2.290.543	8.605.562	6.179.490	3.520.363	9.699.853
Centro-Oeste	526.408	191.542	717.950	578.305	289.748	868.053
Distrito Federal	640.484	214.727	855.211	716.547	314.944	1.031.491
Goiás	1.301.465	495.172	1.796.637	1.417.542	707.732	2.125.274
Mato Grosso	424.515	293.438	717.953	471.645	436.959	908.604
Mato Grosso do Sul	2.892.872	1.194.879	4.087.751	3.184.039	1.749.383	4.933.422
Brasil	39.508.229	16.410.858	55.919.087	40.286.173	24.121.096	64.407.269

Nota: (1) Inclusos os casos sem declaração de cor ou raça.

(2) Inclusos os casos de grau de instrução não determinados

(3) Não há registro dos casos

Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: DIEESE-NPI/SS DIEESE-CNTI

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Organização Internacional do Trabalho - OIT . Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios. Brasília, 2010.

A Mulher no Mercado de Trabalho e na Organização Sindical – UNICAMP.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Aumento da Participação de Mulheres no Mercado de Trabalho: Mudança ou Reprodução da Desigualdade – Nota Técnica, novembro de 2009.

_____. Comunicado IPEA nº 65. Novembro de 2010.

_____. Comunicado IPEA nº 90 – Maio de 2011.

Alves. José Eustáquio Diniz. A Transição da Fecundidade no Brasil entre 1960 e 2010. Novembro de 2011

Bruschini. Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. Revista de Estudos Feministas. 1994.

Rodrigues. Graciela. A Autonomia Econômica das Mulheres e a Reprodução Social: O Papel das Políticas Públicas.